



ID: 118067099

08-07-2025

“Independência ou morte” – Lula abre nova guerra cultural pela memória histórica brasileira



João Ferreira Dias

Lula da Silva propôs a adoção do dia 2 de julho – tradicionalmente celebrado na Bahia como o dia da expulsão final das tropas portuguesas, em 1823 – como data oficial nacional, batizando-a como “Dia da Consolidação da Independência do Brasil”. A proposta, que irá tramitar ao Congresso e que precisa de ser aprovada pela Câmara e pelo Senado, seguida de sanção presidencial, não visa substituir a data oficial da Independência do Brasil (7 de setembro), mas pretende reposicionar a memória histórica brasileira num fluxo de acontecimentos históricos mais amplos e complexos que um mito fundador. É, portanto, um rearranjo político que precisa de ser visto de forma matizada, nas suas múltiplas dimensões políticas e simbólicas. Importa salientar que, no âmbito desta

iniciativa, está uma forte carga ideológica de guerra cultural pela memória histórica brasileira, cujo alinhamento se inspira claramente em teses pós-coloniais. Assim, o projeto – que não pode deixar de ser visto como reflexo da cúpula progressista que envolve a atual primeira-dama, a socióloga Rosângela Lula da Silva – atua nos seguintes eixos:

(i) pretende reposicionar o olhar historiográfico a partir de leituras mais dinâmicas, “de baixo para cima”, em que se enfatiza a dimensão popular, mestiça e afrodescendente do processo, passando a figurar como uma independência conquistada nas ruas, nos quartéis e através da resistência armada, face ao “Grito do Ipiranga” frequentemente retratado como um gesto solitário, elitista e cristalizado como mito fundador.

(ii) recupera o papel do Nordeste (em especial a Bahia) na história brasileira como núcleo de resistência, participação popular e construção nacional, o que enfrenta as vagas nacionalistas conservadoras e bolsonaristas que reconfiguram a história brasileira através do Sudeste branco. Nesse sentido, trata-se de uma forma de reposição histórica da Bahia como centro nevrálgico da fundação da brasilidade, recuperando a contribuição afrodescendente que tem sido sucessivamente

objeto de apagamento seletivo da memória histórica (“*memory washing*”) na tipificação de uma identidade nacional.

(iii) reforça a identidade simbólica do lulismo e fideliza o seu eleitorado mais leal, sobretudo no Nordeste. A memória, nesse sentido, é instrumento de agregação política de reafirmação de lealdades eleitorais.

Ora, como é perceptível, estamos num terreno de politização da memória, em que a narrativa é disputada, agora, numa clara tensão entre a memória oficial e as franjas sociais que teceram as múltiplas atuações que conduziram à realidade da independência.

Porém, é preciso ter presente que este ímpeto reformista, além de se confirmar como uma guerra cultural interna brasileira –



Este ímpeto reformista, além de se confirmar como uma guerra cultural, traz consigo um risco diplomático

entre o Nordeste do povo imortalizado por Jorge Amado e o Sudeste dos novos rostos sociais do Brasil –, traz consigo um potencial risco diplomático, que merece consideração: o de reacender frentes descoloniais de impulso moralizador da história, antagonistas de Portugal. Por outras palavras: corre o risco de reacender as guerras culturais sobre o passado colonial e voltar a carregar a traços grossos a narrativa da culpa eterna portuguesa pelas falhas do país, mesmo após a independência.

Na sua feição positiva, a iniciativa tem o potencial de, finalmente, ir ao encontro da promessa da democracia racial, através de uma mestiçagem, agora não exotizada, mas como parte de um projeto de país multirracial e multicultural, dando a devida valorização a figuras da cultura popular como figuras da identidade nacional.

O Brasil de Jubiabá pode, finalmente, ser trazido ao seu devido lugar, permitindo uma cura da memória histórica e abrindo um novo caminho pedagógico. Mas se este movimento enveredar por um ajuste de contas simbólico, perderá o seu potencial reconciliador, e isso seria um erro tremendo.

Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE (CEI-IUL)